

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA**

Processo nº. : 13687.000135/93-63
Recurso nº. : 15.135
Matéria : PIS FATURAMENTO - EXS.: 1989 a 1991
Recorrente : AUTOCLÃ S/A
Recorrida : DRJ – BELO HORIZONTE/MG
Sessão de : 08 DE JUNHO DE 1999
Acórdão nº : 105-12.839

PIS FATURAMENTO - Face a manifestação do Supremo Tribunal Federal a contribuição deve ser exigida nos termos exclusivos das Leis Complementares nº 07/70 e 17/73.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AUTOCLÃ S/A.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

VERINALDO HENRIQUE DA SILVA
PRESIDENTE

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 JUL 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PÊSS, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO e IVO DE LIMA BARBOZA.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. 13687.000135/93-63
ACÓRDÃO Nº. 105-12.839

RECURSO Nº : 15.135
RECORRENTE : AUTOCLÃ S/A.

RELATÓRIO

AUTOCLÃ S/A. teve contra si o Auto de infração de fls. 01, em razão de exigência efetuada no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

Impugnação tempestiva às fls. 18.

Informação fiscal às fls. 29

Decisão singular às fls. 72, a qual julgou parcialmente procedente o Auto de Infração.

Irresignada, tempestivamente, a Autuada apresentou o seu recurso às fls. 84.

É o Relatório

A handwritten signature consisting of a stylized 'X' and a cursive name.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO Nº. 13687.000135/93-63
ACÓRDÃO Nº. 105-12.839**

V O T O

Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, Relator

Recurso tempestivo, dele conheço.

Em exame exigência tributária inerente a Contribuição ao PIS.

Em que pese os diversos aspectos relativos a questão, tenho que a mesma já se encontra resolvida, em face da manifestação do Plano do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 148754-2 Rio de Janeiro, em cujo julgamento foi declarada a constitucionalidade dos Decretos-leis 2.445 e 2.449, de 1988.

Pelo exposto, em vista do enquadramento legal constante dos presentes autos, onde se inclui a Lei Complementar 07/70 e outros dispositivos, entre os quais os considerados constitucionais, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 08 de junho de 1999.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO